

Superior Tribunal de Justiça

**PET nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.716.491 - SP
(2017/0322375-4)**

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
REQUERENTE : COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
ADVOGADOS : ADELMO DA SILVA EMERENCIANO - SP091916
ARI DE OLIVEIRA PINTO - SP123646
REJIANE BARBOSA PRADO DE OLIVEIRA - SP195857
VITOR SCATTOLIN - SP334746
MONIQUE SUEMI UEDA E OUTRO(S) - SP250246
REQUERIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORE : MÁRCIA FERREIRA COUTO - SP093215
S
RAFAEL DE OLIVEIRA RODRIGUES E OUTRO(S) -
SP228457

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de requerimento apresentado por COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ às fls. 1.147/1.154, através do qual informa que a questão central, alusiva ao débito tributário resta decidida de forma definitiva nos autos em seu favor, pendendo unicamente a temática acessória alusiva aos honorários advocatícios. E que, apesar do trânsito em julgado da matéria principal, o débito ainda constaria como ativo no sistema da Procuradoria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Desse modo, pretende "[...] *que seja expedido ofício ao órgão Fazendário, determinando a baixa imediata da inscrição (CDA n. 1.005.029.831), ou, caso assim não se entenda, que ao menos o presente recurso seja pautado para julgamento com celeridade*" (fl. 1.150).

É o relatório.

A pretensão de expedição de ofício não comporta deferimento, porquanto, além de escapar do âmbito de abrangência desses Embargos de Divergência, tal questão não foi objeto de debate nas instâncias ordinárias, não podendo assim ser apreciada nesta ocasião, por ofensa ao requisito do prequestionamento.

Superior Tribunal de Justiça

De outro lado, o Agravo Interno nos Embargos de Divergência já se encontra regularmente pautado para a sessão virtual do dia 16/10/2019 da Corte Especial, inexistindo assim qualquer outra providência a ser tomada capaz de antecipar o julgamento.

I.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

